

Políticas públicas de fomento à criação e consolidação dos Sistemas Municipais de Cultura: relato da experiência de realização dos Planos Municipais de Cultura no Ceará (Secult, 2003-2006)

Cláudia Sousa Leitão¹

RESUMO: O artigo relata a experiência da Secretaria da Cultura do Ceará (2003-2006) na realização do seu Plano Estadual da Cultura, documento que representou, durante o referido mandato, o retorno do papel do Estado enquanto instância formuladora e executora de políticas públicas para a cultura. Descreve ainda, o Projeto “Cultura em Movimento: Secult Itinerante”, fruto do Programa “Valorização das Culturas Regionais”, a partir do seu eixo de “Relações e Prestação de Serviços Institucionais”, enfatizando as ações de fomento à criação e consolidação dos Sistemas Municipais de Cultura, especialmente as de construção dos Planos Municipais de Cultura no estado.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas de Cultura; Federalismo Cultural; Sistemas Municipais de Cultura; Sistema Nacional de Cultura; Plano Estadual de Cultura; Planos Municipais de Cultura.

Public policies of fomentation to creation and consolidation of Municipal Culture Systems: report of the experience of the Municipal Culture Planning accomplishment in Ceará (Secult, 2003-2006)

ABSTRACT: The article states the experience of the Culture General Office of Ceará (2003-2006) in the accomplishment of its State Culture Planning, a document which represented, during the mandate, the return of the role of the State as developing and executing instance of the culture public policies. It yet describes the Project “Culture in Movement: Itinerant Secult”, which comes from the program “Valuing Regional Cultures”, through its axis of “Connections and Institutional Services”, emphasizing the fomentation actions to the creation and consolidation of the Municipal Culture Systems, specially the ones related to the construction of the Municipal Culture Planning in the State.

KEYWORDS: Public policies to Culture; Cultural Federalism, Municipal Culture Systems, National Culture System, State Cultural Planning, Municipal Culture Planning.

Pela primeira vez um Estado da Federação estabelece uma política estratégica de apoio aos municípios, voltada para a formulação, planejamento e gestão de suas políticas culturais; pela primeira vez planos de cultura foram elaborados dentro de um amplo processo de gestão compartilhada (parceria entre Secretaria Estadual e 50 prefeituras) e de formação de gestores municipais. Com o desenvolvimento de uma metodologia própria, elaborada por gestores da própria SECULT/CE, que considerou como elemento fundamental as realidades locais e regionais

¹ Doutora em Sociologia pela Université René Descartes (Paris V), Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela USP, Professora e pesquisadora do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, Consultora na área da cultura. E-mail: claudiasousaleitao@yahoo.com.br.

vivenciadas pelos participantes, conseguiu-se que a esmagadora maioria dos municípios realizasse, pela primeira vez, um plano de cultura. (Nilde Ferreira, Secretária de Cultura do município de Guaramiranga-CE).

Ao assumir a gestão da Secretaria da Cultura do Ceará, em Janeiro de 2003, decidimos realizar um seminário nacional cujo maior objetivo era o de esboçar um diagnóstico sobre as políticas públicas de cultura no país. O Seminário “Cultura XXI”, em março do mesmo ano, foi palco de inúmeras manifestações, demandas e sugestões que buscavam refletir, contribuir, e mesmo exigir do Estado o resgate de seu papel na formulação de políticas públicas para o campo cultural. Não imaginávamos, porém, que aquele grande encontro, com a presença do ministro e seus secretários, da presidente do IPHAN, de gestores de cultura de vários estados brasileiros, além de produtores, pesquisadores, artistas e gestores culturais, seria uma espécie de “Primeira Conferência Estadual de Cultura”, um evento que ritualizava os primeiros passos rumo à construção do Sistema Nacional de Cultura, no Governo Lula.

O Ceará inaugurava, através do “Cultura XXI”, mesmo sem o saber, a prática das “conferências de cultura”, que mais tarde aconteceriam em todo o país (inclusive no Ceará), com uma metodologia muito semelhante ao do nosso Seminário, porquanto estruturada a partir de temas fundamentais para o setor: Políticas e Gestão Cultural, Patrimônio Cultural, Economia da Cultura, Municipalização da Cultura e Direitos Culturais e Legislações de Fomento à Cultura. Também esteve presente ao encontro o ministro Gilberto Gil que proferiu, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, um dos seus primeiros discursos à frente do Ministério da Cultura (MinC), intitulado “Nova Visão Estratégica do Ministério da Cultura”. Nas palavras do ministro, observava-se uma clara vontade política do retorno do Estado às suas responsabilidades no campo cultural:

[...] a cultura se impõe, desde logo, no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o Estado deve intervir. Não segundo a velha cartilha estatizante, mas mais distante ainda do modelo neoliberal que faliu. Vemos o governo como um estimulador da produção cultural. Mas também, através do MinC, como um formulador e executor de políticas públicas e de projetos para a cultura. Ou seja: pensamos o MinC no contexto em que o Estado começa a retomar o seu lugar e o seu papel na vida brasileira. (LEITÃO e SANTOS, 2006, p. 16)

No dia anterior, o jurista cearense Francisco Humberto Cunha também havia enfatizado a necessidade de resgate dos papéis do Estado na formulação, execução e controle das políticas culturais. Na sua palestra sobre “Federalismo Cultural”, afirmava que não se poderia viabilizar esse resgate, sem que houvesse uma sistemática da organização federativa

do setor. Para tanto, a área da cultura necessitaria de uma legislação capaz de erigir um Sistema Nacional para a Cultura, a exemplo de outras áreas públicas tais como a Saúde e a Educação. Cunha alertava, no entanto, que o Fundo Nacional de Cultura era tratado como Fundo Federal e não como Fundo Nacional, pois não realizava sua tarefa de redistribuição, através dos estados e municípios, de seus recursos, especialmente, dizia ele, nos municípios onde as expressões culturais acontecem, necessitando de fomento, valorização e salvaguarda:

Para que se possa chegar a um possível ingresso num sistema de cultura, hão de ser adotadas posturas de duas naturezas: uma postura interna, de preparar a própria legislação de forma compatível com o sistema; ... ter uma postura proativa de natureza externa, que seria a de o Estado, enquanto ente da federação, através dos seus deputados federais e senadores, propor o aprimoramento da legislação federal, para deixar de ser acanhada [...] (LEITÃO E SANTOS, 2006, p. 38)

Sabíamos em 2003 que, embora nossa Constituição Federal de 1988 tivesse obtido avanços ao definir significados para a cultura, propondo uma cidadania cultural para os brasileiros, nossa legislação em prol de um exercício eficaz do federalismo cultural continuava incipiente e acanhada, como ainda hoje são incipientes e acanhados os orçamentos públicos para a cultura. Para constituirmos um Sistema Nacional de Cultura (SNC) precisaríamos definir competências dos entes federados, respeitando sua autonomia, enfatizando a necessidade de políticas públicas complementares entre a União, os estados e os municípios. Afinal, se os governos passam, as políticas deveriam ficar, e, para isso, seria fundamental que se mantivesse a necessária sinergia entre os entes federados, no sentido de garantir continuidade aos programas e projetos decorrentes dessas políticas.

Nos meses seguintes ao “Cultura XXI”, a Secretaria de Articulação Institucional do MinC iniciou um importante trabalho de aproximação com os entes federados e com os diversos segmentos do campo cultural, visando estruturar mecanismos e processos que permitissem o compartilhamento de informações de gestão e fomento que contribuíssem na formulação e fiscalização das políticas culturais no país. O MinC iniciava aí o processo de construção do Plano Nacional de Cultura, documento fundamental para a futura construção do SNC, esse, um projeto de longo alento, mas condição necessária para a garantia de continuidade das ações de inclusão social através da cultura, propostas pelo governo Lula.

No Ceará, o “Cultura XXI” rendeu frutos que nutriram os quatro anos de nossa gestão. Mas, sua maior contribuição foi a de fornecer subsídios para a formulação do nosso Plano Estadual da Cultura (2003-2006), que seria lançado em novembro do mesmo ano. O Plano trazia um subtítulo significativo: “Valorizando a diversidade e promovendo a cidadania

cultural”. Nele, assumíamos que a Secretaria passaria a liderar, formular, fiscalizar e avaliar políticas, definindo estratégias de descentralização e inclusão, e considerando a diversidade cultural regional como um ativo fundamental para a qualidade de vida, a ampliação da cidadania e o desenvolvimento sustentável de todos os cearenses.

Como o MinC, também considerávamos que os significados de cultura não se limitavam às linguagens artísticas ou à cultura “erudita”. Através dos nossos programas, passamos a tratar a cultura como um princípio fundamental de valorização do homem e, por isso, definimos uma nova Missão para a Secult: “Propor e desenvolver políticas para a inclusão social através da cidadania cultural”. Em consonância com esta missão, os programas, projetos e ações da Secretaria passaram a focar prioritariamente a população cearense, e não especificamente seus artistas e produtores culturais. A partir dessa nova Missão, foram definidos os seguintes programas (Secult, 2003, p. 20-22):

1. Geração, Preservação e Difusão do Conhecimento;
2. Memória e Cultura;
3. Valorização das Culturas Regionais;
4. Desenvolvimento Artístico-Cultural;
5. Modernização da Gestão;
6. Telecomunicações e Desenvolvimento do Áudio-Visual.

Em pouco tempo, o Programa “Valorização das Culturas Regionais” foi se tornando, naturalmente, uma espécie de “carro-chefe” de nossa gestão, pois simbolizava, como nenhum outro, nossa política de inclusão e descentralização. Seu objetivo era estabelecer mecanismos de política institucional para o desenvolvimento cultural, com foco nas demandas regionais e na gestão compartilhada com todos os municípios cearenses. Valorizar as culturas regionais significava, em primeiro lugar, conhecer e reconhecer a existência de um campo cultural fora da capital cearense; significava, ainda, criar canais de interlocução com os municípios, fomentar as diversas vocações regionais, capacitar artistas, gestores e produtores na capital e no interior e definir projetos de incentivo à criação, circulação e fruição de bens e serviços culturais em todo o estado.

O Programa foi responsável pela criação de várias iniciativas pioneiras que garantiram o diálogo permanente da Secretaria com todo o Ceará. A primeira delas diz respeito à criação de uma equipe de articuladores para atuar em todas as regiões do estado, cuja maior competência era a de estimular a sinergia entre o poder público e a sociedade civil na formulação, execução e controle das políticas de cultura. Através dos articuladores regionais,

a Secretaria estabeleceu uma interlocução direta com as prefeituras, a partir de suas secretarias e departamentos municipais de cultura, ao mesmo tempo em que gestores, artistas e produtores recebiam sistematicamente informação e orientação, da instância estadual, sobre programas, projetos, leis e editais de fomento às artes e à cultura. Ao longo da gestão, o programa funcionou como um eficaz instrumento de articulação, até então inexistente no estado, viabilizando parcerias, envolvendo protagonistas do campo cultural e ampliando a participação comunitária na criação e realização de fóruns, seminários, conferências e eventos regionais.

O grande sucesso tático do Programa se deu em função de sua gestão estratégica. Para trabalharmos os significados econômicos da cultura, aproximamos voluntariamente as áreas da cultura e do turismo, criando onze Fóruns Regionais de Turismo e Cultura em todo o Ceará e inaugurando um espaço constante e legítimo de escuta e discussão entre esses segmentos, capaz de propor alternativas integradas de desenvolvimento local e regional. Para trabalharmos a cultura enquanto linguagem artística, apoiamos a criação e promoção de eventos regionais, construídos de forma parceira entre o estado, o município ou um consórcio de municípios, assim como com o Governo Federal (especialmente através do apoio das estatais brasileiras), que denominamos de “Eventos Estruturantes”. Esses eventos tinham por objetivo fomentar as diversas linguagens artísticas, ao mesmo tempo em que contribuíam para a formação de platéias, a profissionalização do campo cultural e a geração de uma dinâmica regional que fomentava simultaneamente a produção, distribuição, circulação e fruição de produtos e serviços culturais. Para garantir a eficácia dessas ações, definimos, desde 2003, uma política de editais de incentivo às artes (música, dança, teatro, literatura, artes visuais e audiovisual), e às manifestações culturais tradicionais (festas populares). Os editais garantiam pelo menos 50% dos recursos do Fundo Estadual de Cultura a projetos do interior do estado. Graças a eles, o “Valorização das Culturas Regionais” teve seus objetivos e metas concretizados, ao mesmo tempo em que garantiram credibilidade à Secretaria.

Vale enfatizar que todas essas ações, frutos do Plano Estadual de Cultura, foram compartilhadas, desde o início de nossa gestão, com o MinC, em função da afinidade entre nossas políticas estaduais e as federais. Em ambas as instâncias, trabalhávamos pela criação e consolidação do federalismo cultural e, por isso, acreditávamos na institucionalização dos processos em favor da municipalização da cultura no país.

Em 2005, com o Projeto “Cultura em Movimento: Secult Itinerante” (fruto do Programa “Valorização das Culturas Regionais”), decidimos que a própria Secretaria deveria se deslocar em todo o estado, para dar maior eficácia à nossa política de descentralização.

Definimos, para o Projeto, quatro eixos de ação: Relações e Prestação de Serviços Institucionais, Cadastramento e Mapeamento Cultural, Promoção e Difusão Cultural e Formação para o Campo Cultural. Descreveremos aqui, o primeiro e o último dos eixos do Projeto “Cultura em Movimento”, por se referirem diretamente à participação do Ceará na construção do Sistema Nacional de Cultura.

O objetivo do eixo “Relações e Prestação de Serviços Institucionais” era o de apoiar a criação, estruturação e consolidação dos Sistemas Municipais de Cultura. Os sistemas estaduais e municipais de cultura já vinham sendo organizados a partir de conferências estaduais e municipais que, a partir de 2004, já aconteciam em todo o país. Vale lembrar que a primeira Conferência Nacional de Cultura aconteceu entre setembro e dezembro de 2005, período em que a Secretaria da Cultura do Ceará itinerava por todo o estado. Como se dava essa itinerância? No eixo “Relações e Prestação de Serviços Institucionais”, enquanto os técnicos da Secretaria se reuniam com os artistas e gestores em cada município, para informá-los dos nossos serviços, editais e programas, minha tarefa era a de visitar todas as Câmaras Municipais, explicando, a partir de uma palestra aos vereadores e à população em geral, as diretrizes do federalismo cultural brasileiro e suas necessárias bases municipais. Ao final de cada sessão, eu própria entregava nas mãos de cada prefeito, de cada presidente de Câmara e de cada dirigente ou responsável pelo setor da cultura no município, uma publicação, de nossa autoria, com as informações acerca do Sistema Nacional de Cultura, dos Sistemas Nacional, Estaduais e Municipais, além dos modelos de leis para a criação dos Sistemas Municipais de Cultura (com a previsão da criação dos conselhos, da legislação de incentivo, dos fundos, dos órgãos municipais de cultura, assim como dos planos municipais de cultura).

Desenvolvemos, empiricamente, uma metodologia de trabalho que foi se aperfeiçoando ao longo de nossa caminhada, e que contribuiu para que todos os prefeitos do Ceará assinassem o protocolo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura. O ineditismo e a singularidade dessa ação de institucionalização da cultura, não só alterou a rotina das câmaras, mas também o cotidiano das próprias cidades por onde passávamos, mobilizando os diversos atores sociais locais (políticos, artistas, gestores, líderes comunitários, estudantes) em torno da reflexão e discussão sobre o papel das políticas públicas de cultura no desenvolvimento sustentável de cada município. Se o prédio da Câmara Municipal foi o lugar natural das sessões, em algumas cidades, as igrejas, quadras e escolas tornaram-se, durante nossa passagem, as assembleias municipais para acomodar o público que sempre superava nossas expectativas de participação. Por outro lado, as Câmaras de Vereadores tornaram-se, de forma inédita, durante essas sessões, espaços privilegiados para práticas artístico-culturais, muitas

delas desconhecidas dos poderes executivo e legislativo dos respectivos municípios. Cerca de 280 atividades culturais foram registradas dentro e no entorno dos locais das sessões de apresentação do Sistema Nacional de Cultura. De um lado, legitimando o amplo apoio dos artistas à nossa ação, de outro, transformando as sessões em espetáculos emocionantes. Empreendemos um grande esforço de articulação e chegamos a realizar até três audiências públicas por dia, para compensar dois recessos legislativos, e cumprimos o cronograma de execução do projeto nos 184 municípios cearenses, garantindo, ao final, a adesão de todos eles ao Sistema Nacional de Cultura.

Na audiência realizada em 13 de janeiro de 2006, na cidade de Pedra Branca, região do sertão central cearense, foi assinado o último protocolo de adesão ao SNC, com a presença do Ministro Gilberto Gil. A ressonância dessa iniciativa ampliou-se ao longo de 2006, com um cenário bastante favorável para a institucionalização da cultura no estado: 94 órgãos de cultura, 126 conferências realizadas, 46 conselhos municipais, 17 leis municipais de incentivo e a criação de 18 fundos municipais de cultura.

No mesmo eixo de “Institucionalização da Cultura” foram desenvolvidas as “Visitas Técnicas” da Secult aos municípios, cujo objetivo era o de prestar um serviço especializado à população, a partir da orientação e assessoramento aos artistas, gestores, dirigentes de equipamentos e instituições governamentais e não-governamentais e demais agentes culturais locais. Através de palestras, técnicos do corpo gerencial da Secretaria apresentavam os mecanismos de funcionamento dos programas, projetos e editais do estado, orientando o público sobre como utilizar os serviços da Secretaria ou como se beneficiar dos recursos públicos para seus projetos culturais. Durante o percurso, 38 cidades das 10 regiões receberam as “visitas” que viabilizaram mais um importante espaço de diálogo do Estado com a sociedade civil, pois críticas, sugestões e demandas eram propostas às políticas desenvolvidas pela Secretaria da Cultura, o que nos permitia aproximar nossos programas das reais demandas regionais e municipais. Vale ressaltar que, com essa prestação de serviços institucionais, foi ampliada a participação dos projetos do interior nos editais da Secretaria, provocando a conseqüente descentralização dos recursos públicos para fora da capital, o que favorecia a compreensão, por parte dos municípios, da necessidade de criação dos Sistemas Municipais de Cultura.

As “Visitas Técnicas” também criaram e fortaleceram as redes de articulação entre teatros, museus, bibliotecas, arquivos públicos, centros culturais e bandas de músicas, existentes no Ceará, promovendo as condições necessárias à criação dos respectivos sistemas estaduais. A Biblioteca Pública Menezes Pimentel, o Theatro José de Alencar, o Museu do

Ceará, o Arquivo Público Estadual e o Núcleo de Música da Secult, por serem estruturas de referência do estado, tinham a tarefa de estabelecerem parcerias com os seus pares no interior do Ceará, proporcionando troca de experiências e cooperação técnica entre os mesmos.

O eixo “Formação” segmentava-se para atingir diversos públicos tendo, entre seus objetivos, formar gestores e profissionais para o campo cultural. Por isso, oferecia um “pacote” de cursos em todas as regiões do estado. A esse propósito, comenta Edlisa Barbosa Peixoto², coordenadora do referido eixo:

A ação de capacitação representou um dos pilares estratégicos do Projeto, levando-se em conta que, sem um processo de formação cultural estruturado, não se pode falar, com seriedade, em acesso democrático à cultura. Quando falo em processo democrático de formação, imagino uma ação abrangente e inclusiva que atenda a todos os segmentos da cadeia produtiva das artes e da cultura (criação, produção, difusão e gestão), favorecendo inclusive a capacidade auto-gestora do artista, capacitando-o a realizar, produzir e difundir sua arte. Falo também do desafio de estabelecer estratégias de formação coerentes com as necessidades e a realidade de nossos artistas e gestores, com suas potencialidades e limitações.

Edlisa Peixoto descreve, ainda, de que forma se construía o “cardápio” de cursos para cada região do estado:

Através do Projeto, uma caravana com técnicos da Secult e toda uma estrutura de circo, além de carros de som, chegava a uma cidade estratégica de uma determinada região, e investigava que necessidades de capacitação demandavam aqueles municípios. Essas Informações eram especialmente detectadas pela intermediação do chamado ‘articulador cultural’, profissional treinado e vinculado à Secretaria de Cultura, responsável pela articulação da Secretaria com uma determinada região do interior do estado, onde o mesmo invariavelmente estava inserido. Considero como mérito desta ação o fato de que não era a gestão quem decidia de que formação a comunidade necessitava, e sim o município que a demandava.

Com a demanda definida, a Secretaria iniciava uma intensa maratona de trabalho que consistia em:

- 1) Contatar o município para confirmar:
 - a. A contrapartida oferecida pelos mesmos – a secretaria colocou como condição, que o município se responsabilizasse pela hospedagem e a alimentação do facilitador;

² Entrevista informal realizada pela autora no dia 05 de setembro de 2008, no escritório da Animacult.

- b. Saber sobre o perfil e o número de inscritos demandados pelo município;
 - c. Agendar possíveis datas para a realização do curso.
- 2) Contatar facilitadores competentes, explicar o que o programa de formação almejava com o curso, qual a situação dos solicitantes, o que o curso significava para o município e agendar datas compatíveis;
 - 3) Providenciar material didático;
 - 4) Compra de passagens;
 - 5) Entrega de material didático e passagens ao professor;
 - 6) Realização da oficina;
 - 7) Entrega de relatórios de professor e alunos;
 - 8) Retro-alimentação de nosso sistema de acompanhamento e avaliação dos cursos.

Através de diferentes formatos (oficinas, palestras, cursos e encontro de troca de saberes), em alguns casos acompanhando ações para a configuração de sistemas integrados de equipamentos, essas formações foram realizadas em bairros de Fortaleza e no interior do estado, a partir de dois programas:

- a) Programa específico em consonância com a vocação e demanda das macro-regiões com relação às linguagens artísticas, artes e ofícios (dança música, teatro, artesanato, entre outros).
- b) Programa padrão para macro regiões constando dos cursos:
 - Curso de Gestão Cultural (60 h/a)
 - Curso de Educação Patrimonial (60 h/a)

Sobre o curso de Gestão Cultural, esclarece Edlisa Peixoto;

O curso de Gestão Cultural tinha por finalidade habilitar os gestores para criar e gerir projetos culturais em todas as suas etapas, estimulando o debate sobre a importância da cultura para o desenvolvimento local, o que considero uma das principais contribuições da ação de formação oferecida pela Secult. Essa formação teve um papel fundamental para que artistas, gestores, produtores e nós mesmos da Secretaria, compreendêssemos a enorme lacuna na formação profissional, presente na maioria dos atores culturais envolvidos. Como coordenadora do Projeto, fiz questão de acompanhar este curso com maior atenção e, contando com os professores envolvidos (especialmente com Júlio Lira, grande colaborador deste processo), repensamos e reestruturamos o módulo introdutório, adaptando-o ao nível dos alunos. Esse esforço advinha de nossa total perplexidade ante a fragilidade de conhecimentos conceituais ou estratégicos com relação ao

fazer cultural, detectados em sala de aula. A maioria dos participantes sequer conseguia conceituar cultura.

Ao longo da ação de formação, percebemos a necessidade de um apoio mais objetivo à criação dos Sistemas Municipais. É o que explica a coordenadora:

A municipalização da cultura, proposta pelo Ministério da Cultura, demandava uma reestruturação conceitual das políticas de cultura, o que implicaria na autonomia e cooperação entre as várias instâncias públicas municipais, estaduais e nacional. Isso somente seria possível se auxiliássemos os municípios, com a criação de novas estratégias de intervenção, mais incisivas, junto aos gestores municipais de cultura. No acompanhamento desse processo, embora a implantação dos sistemas avançasse, identificou-se uma dificuldade geral na elaboração dos Planos Municipais. Isso se devia principalmente à deficiência de qualificação do quadro de pessoal nos municípios. Para enfrentarmos essa carência, propusemos um curso de formação para dirigentes municipais de cultura e para os articuladores regionais da secretaria envolvidos no processo. Compreendemos então, que precisaríamos considerar uma proposta de formação, que, além de conceitos básicos de cultura, facilitasse a elaboração de Planos Municipais de Cultura, ou seja, garantisse, no decorrer do curso, suporte na criação de uma ferramenta legal de gestão, de forma participativa (elaborada por gestores e comunidade) e que legitimasse e valorizasse a função e o exercício das gestões municipais de cultura.

No entanto, no campo da formação para a municipalização da cultura, detectamos não haver experiências sistematizadas a serem replicadas, conforme salienta a coordenadora:

Era uma experiência muito particular, a vivida pelo estado do Ceará. Quanto mais analisávamos a nossa necessidade, pautada nas realidades vividas pelos gestores dos municípios cearenses, mais clareza tínhamos de que o que precisávamos não estava em nenhum livro de gestão pública ou disponível, como uma “carta na manga”, em alguma consultoria. Chegamos a procurar o Ministério de Cultura, que também não possuía, naquele momento, um material que pudesse ser aplicado em nossos municípios. Ficou claro como o sol do Ceará. Teríamos que enfrentar esse desafio. Contávamos com nossa equipe de consultores internos – composta pela antropóloga Andréa Havt Bindá, a coordenadora de articulação regional, Diana Gomes, dois articuladores regionais com ampla experiência, Franzé Silva e Norma Santana, coordenados por mim e ricamente orientados por Eliza Günter, diretora do Theatro José de Alencar e consultora com ampla experiência como gestora de cultura. Assim tomamos a corajosa decisão de elaborarmos nós mesmos uma proposta de formação adequada à realidade dos gestores municipais cearenses. Então criamos a nossa proposta de formação que, por seu caráter pragmático, denominamos de Oficina de Processos de Elaboração de Planos Municipais de Cultura.

No período de abril a julho de 2006, desenvolveu-se o planejamento, a estrutura de grupos de trabalho para cada município, a metodologia e o material didático para uma capacitação de 156 horas, distribuídas em aulas, supervisão de campo e orientação na

elaboração dos planos. Os critérios abaixo descritos, justificam as definições dos municípios e o perfil dos participantes :

1. Escolha dos municípios:
 - a. Ter assinado o Protocolo de Intenções do Sistema Nacional de Cultura;
 - b. Ter Secretaria de Cultura ou Fundação de Cultura;
 - c. Ter realizado a Conferência Municipal;
 - d. Ter criado o Conselho Municipal de Cultura;
 - e. Possuir dotação orçamentária própria para a Cultura.
2. Perfil dos participantes:
 - a. Ensino médio como formação mínima;
 - b. Experiência prática na elaboração de projetos;
 - c. Prática de articulação de ações em seu município;
 - d. Atuação Intersetorial.

Sobre o planejamento, relata Edlisa Peixoto:

O curso foi planejado coletivamente pela consultora e professores. O material didático, elaborado por Eliza Günther, consistia em um livro texto com orientações propostas módulo a módulo, e um caderno de campo com orientações e exercícios a serem realizados pelos dirigentes em seus municípios, com seus respectivos grupos de trabalho. Os GTs eram compostos por membros da comunidade (artistas, gestores, membros de outras instancias públicas, políticos, educadores, artesãos, dentre outros) que em alguns casos eram convocados a participar através de carros de som, programas locais de rádio, cartazes, convites escritos e telefonemas. Os alunos eram na verdade, orientados a serem “consultores” de seus grupos, na elaboração do plano de seu município.

A Oficina de Elaboração dos Planos Municipais de Cultura foi realizada no período de 28 de julho a 21 de outubro de 2006 e contou com as parcerias do SEBRAE (apoio logístico de alimentação e material didático) e das prefeituras municipais (responsáveis pelas despesas de transporte, hospedagem e alimentação dos participantes em Fortaleza). As aulas aconteceram em finais de semanas alternados e, apesar da distância da maioria dos municípios em relação à capital, a presença dos municípios era maciça. Conforme a coordenadora:

A Oficina dividia-se em aulas teóricas e orientação prática, tendo como objetivo geral possibilitar ao aluno o conhecimento na área da cultura, a capacidade de análise da paisagem cultural de seu município, e de sistematização das informações propostas nas Conferências Municipais de Cultura, permitindo-lhe produzir, de forma compartilhada, seu plano municipal de cultura. Definimos, ainda, como objetivos específicos:

fortalecer o processo de construção do federalismo cultural; favorecer a composição dos Sistemas Municipais de Cultura e aprofundar as experiências de dirigentes e de articuladores municipais na área da cultura. Cada representante de município deveria apresentar, ao final do curso, o Plano Municipal de Cultura de sua cidade. Os supervisores, por sua vez, produziram relatórios contendo a avaliação dos vários participantes e propostas de melhoria para novas oficinas.

Os módulos de aula, abaixo citados, eram intercalados para a execução das tarefas de campo:

MÓDULO I - Sistema Nacional de Cultura / O que é Cultura?

MÓDULO II - Planejamento/Diagnóstico

MÓDULO III - Consórcios Municipais/Articulação Regional

MÓDULO IV - Programas e Projetos

MÓDULO V - Sistemas e Equipamentos Culturais

MÓDULO VI - Apresentação dos Planos

Sobre a Metodologia, descreve Edlisa Peixoto:

Os seis módulos eram distribuídos com aulas presenciais, aulas de campo e encontros de orientação. A elaboração de cada Plano Municipal de Cultura teve como base as diretrizes levantadas por ocasião das Conferências Municipais de Cultura, realizadas de setembro a dezembro de 2005, nos respectivos municípios cearenses. Houve uma equipe de nove supervisores, formada pelos articuladores regionais da Secult, que monitorava, desde o planejamento até o processo de elaboração dos planos municipais. O planejamento coletivo da proposta, com a participação da coordenação geral dos supervisores e professores dos módulos, bem como nossas reuniões no decorrer da oficina, foram decisivos para que aperfeiçoássemos, ou que, inclusive, modificássemos o material didático ou a metodologia de sala de aula, e propuséssemos novos temas, estratégias e exercícios. As oficinas partiam da concepção que o aprendizado é resultante de um processo de construção protagonizado pelo próprio educando, a partir da análise crítica das informações recebidas e reflexões sobre experiências vivenciadas, associadas ao trabalho prático.

A experiência vivida durante esses meses foi extremamente enriquecedora. Mais do que isto. Ela produziu solidariedades, envolvimento afetivos, afinidades inauditas entre os municípios entre si e os municípios e o estado. Sobre o desenrolar da oficina, comenta Edlisa Peixoto:

À medida que avançávamos, percebíamos que ter vários gestores de diferentes municípios, trabalhando juntos, produzia mais do que o simples aprendizado. Estávamos impulsionando a criação de parcerias entre os mesmos no que se referia a projetos conjuntos, eventos e outras estratégias de ajuda mútua na consecução de seus objetivos culturais. Um grupo, por exemplo, resolveu se organizar em consórcios, para contratar cursos e

consultorias para seus gestores e artistas. Um outro resolveu associar-se na produção de um evento que fortalecesse laços culturais entre os municípios que possuísem afinidades e identidades culturais. O público de dirigentes era eclético, principalmente quanto ao nível de formação, entendimento e autonomia político-administrativa, o que nos desafiou na construção de conceitos, ferramentas de gestão e exercícios propostos para o campo. Para explicarmos a importância de um Planejamento Estratégico ou do Plano de Cultura deles, precisamos antes, por exemplo, falar de sonhos, o que eles representam para um gestor, além da necessidade de transformá-los em realidade.. Muito dos resultados obtidos nesta oficina deveu-se principalmente ao resgate da capacidade de sonhar, do resgate dos “sentidos e valores” individuais e coletivos proporcionados pela metodologia grupal e vivencial. É sempre mais fácil multiplicar o que sentimos e acreditamos.

Vale ressaltar que, em meio ao processo, o governo estadual perdeu as eleições, no primeiro turno, o que nos levou a duvidar da continuidade e do sucesso daquela ação. Afinal de contas, as prefeituras continuariam a apoiar aquela iniciativa? Para a nossa surpresa, nenhum município desistiu do processo. Todos tratavam nossa ação de forma suprapartidária, o que nos animou a continuar. Esse era sem dúvida o maior dos retornos à nossa gestão. Essa reação demonstrava que a pasta da cultura possuía um papel significativo para a construção de novos pactos sociais, de novas sociabilidades entre segmentos sociais, enfim, da possibilidade de uma nova forma de se fazer política. É o que a coordenadora enfatiza:

O retorno foi surpreendente... Podemos citar, por exemplo, o caso de um município onde grupos artísticos diferentes, que concorriam e se desvalorizavam mutuamente, resolveram juntos ratear custos para pagar uma consultoria que lhes ajudassem a elaborar projetos, para que assim buscassem no âmbito nacional e internacional, recursos de editais que lhes favorecessem o financiamento e continuidade de suas atividades culturais. Ao final, alcançamos a realização de Cinquenta Planos Municipais construídos coletivamente. Defendidos, certificados e celebrados com a presença de prefeitos, do governador e de representantes do ministério da cultura. Temendo a famigerada descontinuidade das políticas, em função da mudança iminente de governo, criamos um grupo de discussão na internet, que funcionou como interlocutor durante todo o processo de formação e que segue hoje como espaço solidário de troca, organização e fortalecimentos destes dirigentes e atores para a implementação das ações deliberadas em seus Planos Municipais de Cultura e no desenvolvimento local, impulsionado pela cultura, em seus municípios.

Municípios Cearenses que elaboraram Planos Municipais de Cultura - 2006

TURMA 01	TURMA 02	TURMA 03
Acopiara Antonina do Norte Assaré Aurora Brejo Santo Campos Sales Caririçu Catarina Crato Crateús Icó Jardim Jati Juazeiro do Norte Nova Olinda Várzea Alegre	Baturité Boa Viagem Capistrano Dep. Irapuan Pinheiro General Sampaio Guaramiranga Itaitinga Itapajé Maranguape Mombaça Mulungu Pacatuba Pacoti Palmácia Pentecoste Quixeramobim Redenção Senador Pompeu Tejuçuoca	Aracati Camocim Hidrolândia Horizonte Icapuí Iracema Irauçuba Jaguaruana Massapê Pacajus Paracuru São João do Jaguaribe Sobral Umirim Viçosa do Ceará

Para Diana Gomes³, coordenadora de Articulação da Secretaria da Cultura, o resultado dessa experiência também foi considerado animador:

Dos municípios convidados para participar da oficina, somente dois já tinham iniciativas quanto à elaboração de um plano municipal de cultura: Sobral e Guaramiranga. Não por acaso, são dois municípios cearenses com políticas públicas de cultura bem definidas. Todos os outros iniciavam, conjuntamente, uma nova forma de pensar a cultura como política pública. Depois de motivados pelas políticas implementadas pela Secult, o caminho para a elaboração dos planos municipais estava fértil. A maioria dos municípios só tinha seus planos municipais de educação. Pensar em um plano para a área cultural, que ousasse ir além das artes estabelecidas, foi de fundamental importância para a comunidade. Foi, em muitos casos, o primeiro momento onde o legislativo, a sociedade, os artistas e o executivo sentaram e discutiram cultura. Essa transversalidade de pensamentos foi o que deu consistência e vivacidade a cada um dos planos elaborados. Tenho tido a grata surpresa de saber que muitos das metas traçadas pelos planos naquele momento estão sendo implementados hoje com eficiência. Um exemplo é o caso do município de Boa Viagem, que em seu diagnóstico inicial, percebeu a distância que existia no município entre a atuação dos arte-educadores (na escola) e os dos monitores de linguagens artísticas (no Centro Cultural). Isso nos motivou a pensar uma ação conjunta entre esses dois segmentos de formação que hoje se efetiva, através da realização o I Congresso de Educação e Cultura de Boa Viagem, onde especialistas nacionais e internacionais estarão debatendo sobre o tema juntamente com a comunidade local.

Diana Gomes também ressalta a importância dos planos municipais para o Sistema Nacional de Cultura:

³ Entrevista informal realizada pela autora no dia 05 de setembro de 2008, no escritório da Animacult.

A implantação do Sistema Nacional de Cultura no Ceará 'forçou' o MinC a perceber o tamanho da articulação territorial e institucional que deveria ter para consolidar o Sistema Nacional de Cultura. Ao mesmo tempo em que o Ministério ainda travava uma batalha para que os municípios brasileiros aderissem ao SNC, o Ceará já estava na etapa seguinte: fomentado a criação de conselho, criando as leis e fundos de cultura, e elaborando os planos municipais. E muito mais que fomentar, a Secretaria da Cultura do Ceará, foi parceira em todas essas ações municipais, firmadas como compromisso, através do protocolo de intenções. O MinC não teve em 2006, e ainda não tem a articulação para a consolidação do Sistema Nacional de Cultura, em todos os estados da federação. Isso só será possível com a colaboração dos estados, e através de uma ação permanente. Creio que a grande importância da elaboração dos planos municipais cearenses foi mostrar que é possível, sim, se trabalhar sistemicamente (ou em sistema), onde união, estados e municípios façam cada um sua parte.

Em 2007, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais para o setor da cultura, realizada pelo IBGE, publicou o perfil cultural dos municípios brasileiros. O Ceará continua na liderança no processo de institucionalização da cultura no Brasil.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios Brasileiros**: Cultura 2006/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LEITÃO, Cláudia Sousa e SANTOS, Fabiano dos (org.) **Seminário Cultura XXI**: Seleção de Textos. Coleção Nossa Cultura, Série Documenta, Fortaleza: Secult, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura**: Diretrizes Gerais. Brasília: Ministério da Cultura, 2008.

SECRETARIA ESTADUAL DA CULTURA. **Plano Estadual da Cultura 2003-2006**: Valorizando a Diversidade e Promovendo a Cidadania Cultural. Fortaleza: Secult, 2003.

SILVA, Henrique Barbosa. **Relatório de Gestão 2005-2006**: Caminhos Trilhados, Coleção Nossa Cultura, Série Documenta. Fortaleza: Secult, 2006.